

## 53 ANOS NA UFPR<sup>1</sup>

### *53 YEARS AT UFPR*

Carlos Alberto Faraco<sup>2</sup>

Começo por agradecer, do fundo do coração, à Profa. Lígia Negri que, no tempo em que dirigiu o Setor de Ciências Humanas, propôs ao Conselho Universitário que me fosse concedido o título de Professor Emérito da nossa Universidade. Agradeço, igualmente, aos integrantes do Conselho, por terem acolhido a proposta por unanimidade.

A homenagem é, seguramente, muito maior que o homenageado. De qualquer forma, vou portar esse título com honra e muito orgulho. Afinal, boa parte da minha vida foi vivida na UFPR, primeiro como estudante, depois como professor e, por fim, como reitor.

E boa parte da minha vida foi dedicada à nossa Universidade. Busquei sempre contribuir para seu engrandecimento como instituição pública e como patrimônio do povo do Paraná. Penso, então, que, neste momento, cabe fazer um breve exercício de memória e um elogio à Universidade.

Entrei aqui, como estudante de Direito, em março de 1969. Para se ter uma ideia do momento em que vivíamos, basta lembrar que fazia apenas três meses da edição do AI-5 (Ato Institucional n. 5), documento que aboliu o estado de direito e instaurou,

---

<sup>1</sup> Discurso proferido por ocasião da outorga do título de Professor Emérito, em 26/04/22.

<sup>2</sup> Professor Emérito, UFPR.

sem máscaras, a ditadura militar. E fazia um mês da edição do decreto 477, a extensão do AI-5 às Universidades.

Era um tempo de grandes inseguranças, de sufocantes temores e pesadas ameaças. Havia, entre nossos professores, os que simpatizavam com a ditadura. Mas havia também os que, com coragem cívica, resistiam.

Destes, o que mais me marcou foi o prof. Sansão Loureiro. Essa menção a seu nome aqui é uma pequena homenagem a sua memória pelas lições que me deu de integridade intelectual e postura política democrática. Ficamos, depois, amigos e pude desfrutar, ainda por longos anos, de sua generosidade e inteligência.

Em 1974, a convite do saudoso e querido Professor Miguel Wouk, então chefe do Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculos, do Setor de Ciências Humanas, passei a fazer parte do corpo docente da Universidade como professor de linguística e língua portuguesa.

É importante destacar, neste ponto, que a UFPR foi pioneira, no Brasil, na incorporação da Linguística como área de conhecimento. Isso ocorreu aqui já na década de 1950, alguns anos antes, portanto, do dispositivo legal que, só em 1962, oficializou a área no currículo mínimo dos cursos de Letras.

Apesar desse pioneirismo, com a ida do Prof. Aryon Rodrigues, nosso primeiro docente de linguística, para a Universidade de Brasília, nos inícios da década de 1960, a área entrou aqui em compasso de espera até a chegada do Prof. Eurico Back, em 1967. Devemos a ele a efetiva institucionalização da linguística na nossa Universidade. Foi ele também o formador da geração de linguistas que contribuiu para consolidar definitivamente a área na UFPR.

Fui aluno do Prof. Eurico Back e me orgulho muito de ter feito parte dessa geração de linguistas. Criamos, em 1985, a pós-graduação e desenvolvemos, ao longo do tempo, pesquisas em dialetologia, sociolinguística, linguística histórica e linguística formal que projetaram a UFPR nacional e internacionalmente.

Quando entrei aqui, em 1974, a nossa Universidade vivia os traumas de uma segunda reforma universitária no curto espaço de três anos. Foi a única universidade federal a passar por essa situação. Os Estatutos de 1970 tinham adaptado a Universidade aos ditames da lei 5540, de 1968, a lei da reforma universitária da ditadura militar.

Em seguida, pelos Estatutos de 1973, foi-nos imposto um modelo engendrado pelos tecnocratas que dominavam o Ministério da Educação à época. A pretensão deles era implantar, posteriormente, esse modelo em toda a rede de universidades federais. Um modelo altamente burocrático e centralizador. Os vários Institutos básicos e as várias Faculdades profissionalizantes da primeira reforma foram reduzidos a 8 Setores, com uma gestão que excluía, na prática, qualquer participação da comunidade universitária.

E, em 1974, ainda vivíamos sob a insegurança, os temores e as ameaças do regime ditatorial. Havia, inclusive, sido instalada, no interior de cada universidade, uma Assessoria de Segurança e Informação. Era uma agência policialesca, paralela e acima dos próprios dirigentes universitários, que controlava a nomeação dos professores e a designação das chefias, perseguia estudantes e atemorizava os professores, assistindo ostensivamente aulas e convocando-os, muitas vezes, para adverti-los sobre tópicos dos programas e sobre a bibliografia recomendada nas disciplinas e para ameaçá-los, veladamente, com a demissão.

Portanto, quando dizemos “Ditadura nunca mais”, sabemos bem do que estamos falando.

E, de novo, a Universidade resistiu. Em 1977, organizamos, na UFPR, o “Movimento dos Professores”. Nos engajávamos, desse modo, na ampla movimentação da sociedade civil que começava a se reorganizar para fazer frente à ditadura.

Começamos, então, a disputar a representação dos docentes no Conselho Universitário e a pôr em xeque as limitações à participação da comunidade nos

processos decisórios. Conquistamos, em 1980, a direção da Associação dos Professores com uma chapa encabeçada pelo Prof. Carlos Roberto Antunes dos Santos. E transformamos a Associação numa entidade efetivamente representativa e política.

Por meio dela, participamos dos eventos sociopolíticos da primeira metade da década de 1980, em especial da campanha das diretas-já, eventos que contribuíram para a derrocada da ditadura. E, depois, participamos dos debates que antecederam e acompanharam a Assembleia Constituinte de 1988.

Internamente, lideramos a campanha por eleições do reitor e dos dirigentes setoriais pelo voto direto e paritário da comunidade universitária. Eu estava, nessa ocasião, ocupando a presidência da Associação dos Professores. Dessa campanha resultou o processo eleitoral de 1985 do qual saiu vitorioso o Prof. Riad Salamuni.

Uma dupla vitória da UFPR. Tínhamos, finalmente, nosso primeiro reitor eleito pela comunidade e tínhamos à frente da Universidade, nesse complexo momento de transição da vida política nacional, um cientista renomado e uma pessoa de elevado espírito democrático.

Tenho muito orgulho de ter feito parte dessa geração que contribuiu para a mudança de rumos da nossa Universidade, seja na democratização e modernização de sua gestão, seja no fomento a seu desenvolvimento como instituição pública de ensino, pesquisa e extensão.

E tenho, igualmente, orgulho de ter participado, como pró-reitor de graduação, da gestão do Prof. Riad Salamuni, que, com sua bonomia, competência científica e espírito democrático, conseguiu ir quebrando, aos poucos, mentalidades mais retrógradas e lançou as bases para os saltos qualitativos que vieram a ocorrer nos anos seguintes.

Foi dessa ampla conjuntura política que emergiu minha candidatura a reitor. Era o ano de 1989. O Brasil vivia um momento muito especial de efervescência política. Tínhamos a Constituição democrática de 1988 e estávamos em meio ao processo de

escolha direta do presidente da República, direito que nos havia sido roubado pelo golpe de 1964.

Foi nesse contexto cívico que o Prof. Mário Pederneiras e eu, apoiados pelas forças progressistas, percorremos a Universidade, defendendo um projeto universitário democrático, pluralista, comprometido com o caráter público da instituição, com a excelência acadêmica e com o atendimento das demandas sociais. Naquelas eleições, dois projetos muito diferentes se defrontaram e o nosso saiu vitorioso.

Há exatos 32 anos, no dia 26 de abril de 1990, eu estava assumindo a reitoria. O Brasil vivia os primeiros 45 dias do governo Collor. Nossa poupança já tinha sido sequestrada; e já estava em andamento uma assim chamada reforma administrativa, que nada mais era que o desmonte atabalhado dos serviços públicos. Para se ter ideia de como essa conjuntura afetava diretamente as universidades, basta lembrar que a CAPES tinha acabado de ser extinta e o Ministério da Educação estava completamente desarticulado e desmobilizado.

Nós, reitores, éramos chamados semanalmente a Brasília para receber as mais disparatadas diretrizes que o governo queria aplicar às Universidades. Passei os três primeiros meses de gestão nesse alucinado vai e vem.

Mas as Universidades, novamente, resistiram. A maioria absoluta dos reitores se posicionou contra as medidas da tal reforma administrativa. Foi o momento em que pusemos de pé a ANDIFES-Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, que, criada no ano anterior, passou a ser, efetivamente, nossa voz coletiva e institucional de defesa do sistema universitário público federal. De novo, me orgulho muito de ter participado diretamente desse processo político.

Só viemos a ter um tempo de bonança depois do *impeachment* de Collor e com a posse do presidente Itamar Franco e de seu ministro da Educação, o Prof. Murílio Hingel, certamente um dos melhores ministros da Educação que o Brasil já teve.

Mesmo aí, porém, a gestão da Universidade era muito difícil em razão da completa desordem das contas públicas federais. Houve ano em que o orçamento federal só foi aprovado em fim de julho e tínhamos de fazer das tripas coração para sobreviver com os escassos um doze avos orçamentários. Apesar disso tudo, fomos implantando, paulatinamente, o projeto que tínhamos defendido no processo eleitoral. E isso foi possível graças ao esforço incansável e continuado da equipe de professores e servidores técnico-administrativos que conseguimos reunir na reitoria; e graças também à confiança e à franca cooperação dos dirigentes setoriais.

Não escondo o orgulho que tenho de nossa gestão na reitoria. Não quero me vangloriar à toa, porque foi trabalho engajado de uma imensa equipe. Foi esse trabalho que nos permitiu atravessar um momento tormentoso da vida nacional e nos permitiu manter a Universidade viva e pulsante, dando nossa parcela de contribuição ao seu desenvolvimento e crescimento.

Desde que entrei aqui como estudante são passados 53 anos. Nesse meio século, vi e vivi uma Universidade marcada pela resistência. Resistência à ditadura militar, resistência aos desmandos de governos e às tentativas de desmonte dos serviços públicos.

E estamos, de novo, chamados à resistência. O país vive um momento de trevas, de pulsão de morte, de retrocessos brutais em todas as áreas. Parece que o Brasil, ao eleger o atual governo, desistiu de ter futuro.

Em três anos, a atual presidência destruiu 30 anos de políticas educacionais. De algumas delas fiz parte como consultor. Sei quanto custou ao país ir definindo e implantando, a duras penas, essas políticas educacionais. Tudo virou terra arrasada.

Foram igualmente destruídas, nestes três anos, as políticas culturais, as políticas de ciência e tecnologia, as políticas ambientais, as políticas de saúde, as políticas de segurança pública, as políticas indígenas.

Estão desmontadas as bases da economia. As contas públicas estão, novamente, deterioradas e a inflação voltou célere, está consumindo o poder aquisitivo básico da população e aumentando as nossas já imensas desigualdades socioeconômicas.

E, se não bastasse toda essa destruição, ainda temos sido agredidos diariamente por uma presidência que, sob o signo da necropolítica, alimenta a violência, ataca permanentemente as instâncias garantidoras do Estado Democrático de Direito; ameaça o próprio Estado de Direito; imobiliza as instituições do Estado; desbarata impiedosamente o dinheiro público em desenfreada corrupção.

E ainda pior: uma presidência que vem corroendo profundamente as bases da civilidade. Substituiu o ideal do convívio republicano pelo deboche, pelo sarcasmo, pelo cinismo. Numa postura que não se deixou sensibilizar sequer pela morte de quase 700 mil brasileiros, provocada, em grande parte, pela forma deliberadamente irresponsável, negacionista, antissocial, anticientífica da gestão da pandemia.

Um tempo de densas trevas e pulsão de morte. E a Universidade que sempre resistiu, mesmo quando em seu próprio interior estava a anti-universidade, tem de continuar a resistir e estar ao lado de todos que resistem.

É do coração da instituição universitária — desde que foi criada na Idade Média — a luta contra o obscurantismo, contra o dogmatismo, contra o autoritarismo. É do coração da instituição universitária ser plural e cultivar as luzes. Não por acaso, a população de Curitiba, já nos primeiros anos de vida de nossa Universidade, deu ao nosso Edifício Central o título de Palácio das Luzes.

Somos — mesmo em meio a nossos paradoxos e contradições e, talvez, justamente por isso — a casa das luzes do pensamento científico, da racionalidade filosófica, das práticas artísticas, do saber jurídico, da razão argumentativa, da crítica sistemática, da dúvida metódica, da fé na democracia.

Por isso tudo, não podemos deixar de resistir às trevas, à pulsão de morte, às agressões e ameaças à vida democrática que estão nos sufocando e destruindo nosso

futuro. Olhemos para nossa história de resistência e encontremos nela motivações para continuarmos a resistir e a propagar as luzes.

Ao concluir, expresso meus agradecimentos ao Prof. Caetano Waldrigues Galindo e à Profa. Lígia Negri pelas suas palavras. Cada um, no momento da “Laudatio”, levantou lembranças acadêmicas e pessoais que muito me emocionaram.

Agradeço também o apoio da minha família — Cloris, Alexandre e Luiz Francisco — que tiveram, muitas vezes, o nosso tempo de convívio reduzido pelo meu envolvimento com as questões da Universidade.

Agradeço, igualmente, a carinhosa presença de todos vocês aqui, nesta manhã; e termino com versos do poeta Carlos Drummond de Andrade, em seu poema “Mãos dadas”: “Estou preso à vida e olho meus companheiros. / Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças. / Entre eles, considero a enorme realidade. / O presente é tão grande, não nos afastemos. / Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.”

#### REFERÊNCIA:

ANDRADE, Carlos Drummond de. “Mãos Dadas”. In \_\_\_\_\_. *Sentimento do Mundo*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 34.